

PRESENCIAL - PORTO ALEGRE-RS

CÓDIGO - 0026/1703

CURSO COMPETÊNCIA MUNICIPAL

0026/1703 – ENCONTRO DE COMPETÊNCIAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS: O QUE VEREADORES, ASSESSORES E SERVIDORES PRECISAM DOMINAR PARA ENTREGAR RESULTADOS E SEGURANÇA JURÍDICA

Papel da Câmara na Gestão Pública; Fiscalização, Requerimentos e Pedidos de Informação; Comissões, Pareceres e Organização Interna; Apontes do TCE e Prevenção de Irregularidades, Assessoramento, Comissões e Pareceres; Transparência, Comunicação Institucional

DATA DE INÍCIO: 17/03/26

DATA DE CONCLUSÃO: 20/03/26

📍 Porto Alegre

Local: Local: Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354

INSCREVA-SE

VEJA O TEMÁRIO

RESERVE HOTEL

GERAR PDF DA PÁGINA

Caso não gerar o PDF, solicite via WhatsApp (51) 9999.15809



SUGERIR O CURSO A UM COLEGA



ENCONTRO DE COMPETÊNCIAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS: RESULTADOS, FISCALIZAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA PARA VEREADORES, ASSESSORES E SERVIDORES

Este curso foi pensado para vereadores, assessores e servidores que desejam compreender, com clareza, o papel da Câmara na gestão pública. Além de abordar fiscalização, requerimentos e pedidos de informação, o curso trata da atuação das comissões, elaboração de pareceres e organização interna da Casa Legislativa. Durante as aulas, são analisados apontes recorrentes do TCE e formas práticas de prevenir irregularidades no dia a dia do Legislativo. Também se trabalha a importância do assessoramento técnico qualificado, da boa condução das comissões e da fundamentação jurídica dos pareceres. Por fim, o curso destaca transparência e comunicação institucional como ferramentas essenciais para entregar resultados concretos à população com segurança jurídica.



METODOLOGIA

Aula expositiva e debates. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada dos temas.



INVESTIMENTO

R\$ 1390,00

Retenção IRRF

Informamos que o INLEGIS não faz mais parte do regime do Simples Nacional. Em razão disso, passa a ser obrigatória a retenção do IRRF. O boleto será emitido com o valor do IRRF devidamente descontado.



CARGA HORÁRIA

Este curso tem duração de 17h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%. Os participantes do curso recebem certificado de participação. Nossos certificados podem ser usados para comprovação de horas extra curriculares em faculdades e cursos.



PROGRAMAÇÃO

Terça-feira:

10h – Credenciamento, Retirada de Material
14h:00min – 17h00min: Turno de Aula

Quarta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Sexta-feira:

08h:30min – 10:30h: Turno de Aula



DADOS DE EMPENHO

INLEGIS – Consultoria e Treinamento
CNPJ: 30.050.141/0001-80.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 608.267.2.0

ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre

EMAIL: financeiro@inlegis.com.br

FONE: 51-3015-5809



PÚBLICO ALVO

Interessados no tema em geral: Prefeito, Vice-Prefeitos e interessados em geral, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores, Agente Administrativo Legislativo, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Diretores de Câmaras, Secretários Municipais, Comissão de Orçamento, Prefeituras e Câmaras, Comissão de Licitação, Pregoeiro, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal, Procuradores Jurídico, Secretaria de Administração, Controle Interno, Assessoria de Imprensa, Oficial de Gabinete, telefonista, recepcionista, atendimento ao público,

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA DATA? CADASTRE-SE

MAIS INFORMAÇÕES

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: APLICAÇÕES PRÁTICAS NO PODER PÚBLICO

AULA | TERÇA-TARDE

FUNDAMENTOS + VISÃO DE CENÁRIOS NO LEGISLATIVO MUNICIPAL

ABERTURA COM MAPA DO TRABALHO PARLAMENTAR

ONDE O TEMPO SE PERDE HOJE: LEITURA, PESQUISA, REDAÇÃO, REVISÃO, COMUNICAÇÃO, ATENDIMENTO, RELATÓRIOS.

QUAIS ENTREGAS MAIS COMUNS: PROJETOS, PARECERES, REQUERIMENTOS, OFÍCIOS, NOTAS TÉCNICAS,

PRONUNCIAMENTOS, POSTS, RESPOSTAS AO CIDADÃO, RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO.

ONDE A IA ENTRA: ACELERAR RASCUNHO, ORGANIZAR INFORMAÇÃO, REDUZIR RETRABALHO, PADRONIZAR QUALIDADE, DAR ESCALA.

• IA SEM JARGÃO: O QUE É E O QUE NÃO É IA, AUTOMAÇÃO E MACROS: O QUE CADA UMA RESOLVE.

IA GENERATIVA (TEXTO/IMAGEM/ÁUDIO): POR QUE PARECE INTELIGENTE E ONDE COSTUMA FALHAR.

DIFERENÇA PRÁTICA ENTRE: CHATBOTS (CONVERSA) VS BUSCADORES COM IA (PESQUISA) VS ASSISTENTES DO OFFICE.

MITOS E VERDADES NO SETOR PÚBLICO:

IA SUBSTITUI SERVIDOR (NA PRÁTICA: SUBSTITUI TAREFAS REPETITIVAS).

TUDO QUE ELA ESCREVE ESTÁ CERTO. (NÃO ESTÁ).

SE ESTÁ NA INTERNET, PODE USAR. (CUIDADO COM SIGILO, LGPD E DIREITOS AUTORAIS).

• PANORAMA DE USO EM GOVERNOS + CONTEXTO BRASIL (25 MIN)

TENDÊNCIAS: GOVERNO DIGITAL, DADOS, AUTOMAÇÃO DE ATENDIMENTO, LINGUAGEM SIMPLES, TRANSPARÊNCIA ATIVA.

DISCUSSÃO REGULATÓRIA NO BRASIL: POR QUE A CÂMARA PRECISA ENTENDER RISCO, GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADE (MESMO ANTES DE QUALQUER LEI FECHAR O TEMA).

O QUE O CLIENTE GANHA AO ADOTAR IA: PRODUTIVIDADE COM TRILHO, E NÃO CADA UM FAZ DE UM JEITO.

• RISCOS E LIMITES: O QUE PODE DAR RUIM E COMO EVITAR

CONFIDENCIALIDADE E VAZAMENTO (DADOS DE CIDADÃO, PROCESSOS INTERNOS, MINUTAS SENSÍVEIS).

LGPD NA PRÁTICA: O QUE NÃO ENTRA NO PROMPT (DADOS PESSOAIS, DADOS SENSÍVEIS, DOCUMENTOS SIGILOSOS).

CHECK RÁPIDO DE CONFIABILIDADE: DE ONDE VEIO ESSA INFO?

TEM BASE LEGAL? TEM FONTE?

CONSEGUE REPRODUZIR POR OUTRO CAMINHO?

• CENÁRIOS REAIS DO LEGISLATIVO: ONDE A IA GERA RESULTADO RÁPIDO
CENÁRIO A — GABINETE/VEREANÇA

RASCUNHO DE REQUERIMENTOS E INDICAÇÕES COM PADRÕES DE FORMATAÇÃO. ESTRUTURAÇÃO DE FALA PARA PLENÁRIO (COM TEMPO, TOM E OBJETIVO).

RESUMO DE PAUTAS LONGAS EM 10 LINHAS + PONTOS DE ATENÇÃO.

CENÁRIO B — COMISSÕES / CONSULTORIA LEGISLATIVA

TRIAGEM DE DOCUMENTOS: O QUE É CENTRAL VS PERIFÉRICO. LISTA DE PERGUNTAS TÉCNICAS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATRIZ DE ANÁLISE: IMPACTO, RISCO, CUSTO, ADERÊNCIA LEGAL.

CENÁRIO C — FISCALIZAÇÃO / CONTROLE

ROTEIRO DE FISCALIZAÇÃO COM CHECKLIST POR TEMA (SAÚDE, EDUCAÇÃO, OBRAS, CONTRATOS). GERAÇÃO DE PERGUNTAS OBJETIVAS PARA SECRETARIAS E CONCESSIONÁRIAS.

MODELOS DE RELATÓRIO COM "ACHADO, EVIDÊNCIA, RISCO, RECOMENDAÇÃO".

CENÁRIO D — COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

TRANSFORMAR RELATÓRIO TÉCNICO EM LINGUAGEM CIDADÃ.

POST INSTITUCIONAL COM VERSÕES: FORMAL / ACESSÍVEL / REDES SOCIAIS.

FAQ E RESPOSTAS PADRONIZADAS AO CIDADÃO.

• MINI PRÁTICA GUIADA
EXERCÍCIO: PEGAR UM TEXTO (OFÍCIO/JUSTIFICATIVA) E TRANSFORMAR EM LINGUAGEM SIMPLES + VERSÃO FORMAL.

INSTRUTOR



PATRÍCIA RAMOS

Professora universitária com sólida experiência na aplicação de Inteligência Artificial à prática docente e profissional, aliando ética, método e estratégia ao uso de ferramentas tecnológicas no cotidiano educacional e institucional. Atua como facilitadora e consultora, apoiando professores e profissionais a integrar a IA de forma prática, contextualizada e eficiente em suas atividades, com foco em resultados reais e melhoria contínua da aprendizagem e da performance profissional. No INLEGIS, Patrícia contribui com sua expertise em tecnologias emergentes aplicadas à administração pública e à educação, capacitando alunos e gestores para uma atuação mais inovadora, estratégica e consciente na transformação digital dos serviços públicos e dos processos de ensino.

COMO EVITAR
VIESES (EX.: RESPOSTAS DISCRIMINATÓRIAS,
PRIORIZAÇÃO INDEVIDA).

ALUCINAÇÕES (CITAÇÕES INVENTADAS, LEIS
INEXISTENTES, NÚMEROS FALSOS).

CHECKLIST DO QUE REVISAR: COERÊNCIA,
LEGALIDADE, DADOS, TOM INSTITUCIONAL.

DIAGNÓSTICO E PLANO DE AÇÃO PARA ELEVAR A MATURIDADE NA LEI Nº 14.133/2021, DE ACORDO COM O “LEVANTAMENTO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS” PUBLICADO PELO TCE-RS:

AULA | QUARTA-MANHÃ

DIAGNÓSTICO E PLANO DE AÇÃO PARA ELEVAR A MATURIDADE NA LEI Nº 14.133/2021, DE ACORDO COM O “LEVANTAMENTO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS” PUBLICADO PELO TCE-RS:

PANORAMA DA LEI Nº 14.133/2021 – NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:

O QUE O TCE-RS MEDIU E COMO ISSO VIRA “ÍNDICE DE MATURIDADE (IM)” NA PRÁTICA

AS 4 DIMENSÕES USADAS NO LEVANTAMENTO (GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO, CONTROLES E TECNOLOGIA / TRANSPARÊNCIA) E COMO ELAS SE CONECTAM NO DIA A DIA

OS PRINCIPAIS GARGALOS E O QUE MAIS REDUZ A PONTUAÇÃO (E O ÍNDICE DE MATURIDADE)

GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES: COMO ORGANIZAR “A CASA”:

INSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO / COMISSÃO E PLANO MÍNIMO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;

DEFINIÇÃO DE PAPÉIS E RESPONSABILIDADES (QUEM DEMANDA, QUEM INSTRUI, QUEM ANALISA, QUEM DECIDE, QUEM CONTROLA);

TRILHA DE DECISÕES PARA ALTA ADMINISTRAÇÃO;

PESSOAS E COMPETÊNCIAS: O GARGALO INVISÍVEL (MAS O MAIS RECORRENTE);

DIAGNÓSTICO DO QUE A EQUIPE PRECISA SABER / FAZER (COMPETÊNCIAS EXIGIDAS) E COMO

DOCUMENTAR ISSO;

MAPEAMENTO DO QUE A EQUIPE JÁ TEM (COMPETÊNCIAS DISPONÍVEIS) E PLANO DE CAPACITAÇÃO / REALOCAÇÃO.

PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES:

PCA (PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL);

ACOMPANHAMENTO E AJUSTES ESTRATÉGICOS DO PCA DURANTE A SUA EXECUÇÃO;

PADRONIZAÇÃO / CATÁLOGO ELETRÔNICO E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.

RISCOS E CONTROLES – O PONTO MAIS CRÍTICO DO RELATÓRIO:

DIRETRIZ / POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS E O MÍNIMO NECESSÁRIO PARA COMEÇAR;

O QUE É UM MAPA DE RISCOS DO MACROPROCESSO E COMO INICIAR SEM BUROCRATIZAR;

INTEGRAÇÃO COM O CONTROLE INTERNO E “ROTEIRO DE AUDITORIA POR AMOSTRAGEM”.

TECNOLOGIA E TRANSPARÊNCIA: COMO NÃO FICAR REFÉM DO “PAPEL”:

FLUXO MÍNIMO DE PROCESSO ELETRÔNICO / DOCUMENTAL E EVIDÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO;

PUBLICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA (PNCP) COMO PONTO DE RISCO REAL, NÃO “FORMALIDADE”.

ATENÇÃO AOS MUNICÍPIOS DE ATÉ 20 MIL HABITANTES: O QUE O ART. 176 DA LEI POSTERGA E O QUE NÃO POSTERGA PARA ABRIL/2027.

INSTRUTOR

BRUNA SCHIFINO

Advogada, mentora e consultora na área de Licitações. Especialista em Licitações e Contratos Públicos. Experiência de 5 anos como pregoeira na EPTC. Foi Coord. de Setor de Licitações e Procuradora de Municípios.

PROTOCOLOS DE DECISÃO E ACIONAMENTO RÁPIDO EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

AULA | QUARTA-TARDE

CONCEITOS ESSENCIAIS DE GESTÃO DE CRISES E PLANEJAMENTO DE CONTINGÊNCIAS

LIÇÕES PRÁTICAS DA GESTÃO PÚBLICA FRENTE A DESASTRES NATURAIS

HISTÓRICO DE EVENTOS CRÍTICOS E APRENDIZADOS INSTITUCIONAIS

MUDANÇA DE CENÁRIO: INTENSIFICAÇÃO DE

CADEIA DE COMANDO E COORDENAÇÃO: ESTRUTURA CENTRALIZADA DE RESPOSTA

PROTOCOLOS DE DECISÃO E ACIONAMENTO RÁPIDO EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

COMUNICAÇÃO DE CRISE: SISTEMAS DE ALERTA E ORIENTAÇÕES À POPULAÇÃO

TREINAMENTO DAS EQUIPES E PREPARAÇÃO

INSTRUTOR

JOSÉ FORTUNATI

Prefeito de Porto Alegre em 2012
Deputado estadual e federal, duas vezes vice-prefeito de Porto Alegre, secretário estadual da Educação e secretário

MUDANÇA DE CENÁRIO. INTENSIFICAÇÃO DE CHUVAS, VENTOS E AMPLIAÇÃO DE ÁREAS ATINGIDAS

DIAGNÓSTICO INICIAL: IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS NO TERRITÓRIO (INUNDAÇÕES, TEMPESTADES, SECAS, DESLIZAMENTOS ETC.)

MAPEAMENTO E PRIORIZAÇÃO DOS RISCOS POR PROBABILIDADE E IMPACTO

ANÁLISE DE VULNERABILIDADE: ÁREAS E POPULAÇÕES MAIS EXPOSTAS

LEITURA DE CAPACIDADES LOCAIS: RECURSOS, ESTRUTURA E LIMITAÇÕES DO MUNICÍPIO

CONSTRUÇÃO DE PLANOS DE CONTINGÊNCIA POR TIPO DE DESASTRE

DEFINIÇÃO DE AÇÕES, RESPONSÁVEIS, FLUXOS E RECURSOS NECESSÁRIOS

TREINAMENTO DAS EQUIPES E PREPARAÇÃO COMUNITÁRIA PARA RESPOSTA

SIMULAÇÕES E EXERCÍCIOS PRÁTICOS PARA TESTAR PLANOS E CORRIGIR FALHAS

RESPOSTA IMEDIATA: PRIORIDADES (SEGURANÇA, RESGATE E ASSISTÊNCIA BÁSICA)

LOGÍSTICA DE APOIO: ÁGUA, ABRIGO, ALIMENTOS, ROUPAS E CONTROLE DE DANOS

COMUNICAÇÃO EFICAZ E COMBATE À DESINFORMAÇÃO/FAKE NEWS

RECUPERAÇÃO E RECONSTRUÇÃO: INFRAESTRUTURA, MORADIAS E RESILIÊNCIA NO PÓS-EVENTO

APOIO PSICOLÓGICO, LIÇÕES APRENDIDAS, TRANSPARÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS E PARCERIAS INTERSETORIAIS

estadual de Educação e secretário municipal do Planejamento, além de secretário Extraordinário da Copa de 2014. No seu segundo mandato como vice-prefeito, em 2008, Fortunati assumiu o comando da Prefeitura de Porto Alegre 2010 e foi reeleito em 2012.

EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO:

AULA | QUINTA - MANHÃ

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E REQUERIMENTOS: COMO PROCEDER, PRAZOS E PROVIDÊNCIAS

DIFERENÇA PRÁTICA ENTRE PEDIDO DE INFORMAÇÃO, REQUERIMENTO, INDICAÇÃO E OFÍCIO

RESPOSTAS INCOMPLETAS/OMISSAS: REITERAÇÃO, REGISTRO E MEDIDAS REGIMENTAIS

RELAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E LAI: COMO ORIENTAR SEM DESVIAR O RITO LEGISLATIVO

DIÁRIAS, DESLOCAMENTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS: AUTORIZAÇÃO, CONTROLE E RISCOS

QUEM AUTORIZA, QUEM EXECUTA E COMO FORMALIZAR A DECISÃO

REQUISITOS: INTERESSE PÚBLICO, MOTIVAÇÃO, COMPATIBILIDADE E COMPROVAÇÃO

DOCUMENTOS MÍNIMOS: SOLICITAÇÃO, AUTORIZAÇÃO, RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE

CONTAS

SITUAÇÕES SENSÍVEIS QUE GERAM APONTAMENTOS: FINALIDADE GENÉRICA, EXCESSO E FALTA DE LASTRO

NEPOTISMO, IMPEDIMENTOS E BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAL

NEPOTISMO DIRETO E CRUZADO: CUIDADOS EM NOMEAÇÕES E DESIGNAÇÕES

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS: CRITÉRIOS, JUSTIFICATIVA E CONTROLE

CONFLITOS DE INTERESSE E VEDAÇÕES ADMINISTRATIVAS: PREVENÇÃO E REGISTROS INTERNOS

MEDIDAS DE PROTEÇÃO: NORMATIVOS INTERNOS, DECLARAÇÕES E TRILHA DOCUMENTAL DE CONFORMIDADE

INSTRUTOR

GUILHERME STUMPF

Advogado, formado pela UFRGS, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Fundação do Ministério Público, mestrando em Direito pela UFRGS. **Atuou como assessor da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre entre 2017 e 2020. Atualmente, é assessor jurídico na Câmara Municipal de Porto Alegre.**

COMISSÕES PARLAMENTARES:

AULA | QUINTA - TARDE

COMISSÕES PARLAMENTARES:

TIPOS E FINALIDADES / COMPETÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES:

COMISSÕES PERMANENTES;

COMISSÕES TEMPORÁRIAS E ESPECIAIS;

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.

COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS COMISSÕES:

CRITÉRIOS DE PROPORCIONALIDADE PARTIDÁRIA;

DESIGNAÇÃO DE MEMBROS, PRESIDENTES E RELATORES;

SUBSTITUIÇÕES, IMPEDIMENTOS E FUNCIONAMENTO INTERNO;

PAPEL DA MESA DIRETORA NA ORGANIZAÇÃO DAS

PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES E ASSESSORES;

REGISTRO E PUBLICIDADE DOS ATOS.

PARECERES LEGISLATIVOS – FUNÇÃO TÉCNICA E SEGURANÇA JURÍDICA:

IMPORTÂNCIA DOS PARECERES NO PROCESSO LEGISLATIVO:

PARECER COMO INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO DA DECISÃO PARLAMENTAR;

PARECER COMO ELEMENTO DE PREVENÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADES E ILEGALIDADES.

RELATORIA E ELABORAÇÃO DE PARECERES

BOAS PRÁTICAS PARA UMA ATUAÇÃO LEGISLATIVA EFICIENTE E RESPONSÁVEL

INSTRUTOR

CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Administrativo Público e Direito Eleitoral. Na área pública, atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas no Departamento Jurídico da METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas.

COMISSÕES.

FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES:

CONVOCAÇÃO E REALIZAÇÃO DE REUNIÕES;
QUÓRUM, DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES;

O PAPEL DOS ASSESSORES NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR

GESTÃO, ASSESSORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATAÇÕES DIRETAS E DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021 – NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: CONTRATAÇÕES DIRETAS

AULA | SEXTA-MANHÃ

GESTÃO, ASSESSORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATAÇÕES DIRETAS E DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021 – NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:

CONTRATAÇÕES DIRETAS:

INSTRUÇÃO PROCESSUAL;
PARECER JURÍDICO;
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO;
PUBLICIDADE DO ATO;
ESTIMATIVA DAS DESPESAS;
RESPONSABILIDADES.

ANÁLISE DAS HIPÓTESES DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES DE CONTRATAÇÕES DIRETAS POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM DESTAQUE ÀS CONTRATAÇÕES DE PEQUENO VALOR E ÀS CONTRATAÇÕES NOS CASOS DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE PÚBLICA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

CONCEITOS

HIPÓTESES PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

ADESÃO / CARONA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

PRINCIPAIS APONTAMENTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DA UNIÃO E DOS ESTADOS EM RELAÇÃO À MATÉRIA

INSTRUTOR

THAIS KRAHN

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como Chefe da Consultoria Jurídica da METROPLAN – Com mais de uma década de experiência na docência e em eventos de capacitação, atua como professora e palestrante nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Início:
10/03/2026

Encerramento:
13/03/2026

2026/1003: ATENDIMENTO HUMANIZADO – EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO E DIRETRIZES ESSENCIAIS PARA EQUIPES DE ACESSORIA:

Este curso é voltado a servidores, assessores, recepcionistas e equipes de apoio que atuam diretamente no atendimento ao cidadão.

Início:
10/03/2026

Encerramento:
13/03/2026

4026/1003 – CONTABILIDADE E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: CAPACITAÇÃO INTEGRADA EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Fundamentos do pcasp e da casp no setor público; aplicação prática da lrf e da lei 4.320/64; integração entre planejamento, execução e controle contábil; elaboração do relatório circunstanciado; notas explicativas e evidenciação das informações contábeis; leitura e interpretação das demonstrações; responsabilidades dos agentes públicos; transparência, controle e apontes dos órgãos de fiscalização

Início:
10/03/2026

Encerramento:
13/03/2026

3026/1003 – AUTISMO (TEA) E OUTRAS NEURODIVERGÊNCIAS: PAPEL DO PODER PÚBLICO NA INCLUSÃO:

Os Desafios e o Papel do Poder Público (Legislativo e Executivo) no Cumprimento e Implementação de Políticas Públicas de Inclusão: neurodiversidades (TEA, TDAH,

Início:
10/03/2026

6026/1003 – ALIQUOTAS DE ICMS E IPI

Orientações

diretamente no atendimento ao cidadão.

CÓDIGO: 2026/1003

CÓDIGO: 4026/1003 CALCULADORA HP - BRINDE
PRIMEIROS INSCRITOS

inclusão - neurodivergências (TEA, TDAH, Dislexia, Discalculia e altas habilidades/superdotação e mais), uso de inteligência artificial para análise de projetos de lei, captação de recursos, parcerias e temas relevantes

CÓDIGO: 3026/1003

CÓDI

ENVIAR

ENVIAR

ENVIAR

Outras opções de cursos:

Comece uma conversa jvachat



Começar uma conversa no WhatsApp